

“Tenho ouvido dizer que o café é a maior fortuna do Brasil”: os impactos socioambientais e econômicos da cafeicultura em São Paulo na Primeira República (1889-1930)^a

*“I’ve heard it said that coffee is Brazil’s greatest fortune”:
coffee farming in São Paulo during the First Republic
(1889-1930)*

Jessica Fernanda Barauna^b 

Universidade da Região de Joinville, Programa de Pós-Graduação
em Patrimônio Cultural e Sociedade, Joinville (SC), Brasil

Roberta Barros Meira^c 

Universidade da Região de Joinville, Programa de Pós-Graduação
em Patrimônio Cultural e Sociedade, Joinville (SC), Brasil

Mariluci Neis Carelli^d 

Universidade da Região de Joinville, Programa de Pós-Graduação
em Patrimônio Cultural e Sociedade, Joinville (SC), Brasil

Resumo: O artigo analisa os discursos que defendem o café como símbolo de progresso durante a Primeira República (1889-1930) e os impactos socioambientais e econômicos provocados pela expansão da monocultura nos

Editor responsável: Marcos Taroco Resende | 10.29182/hehe.v29i2.1111

^a Submissão: 01/11/2025 | Aprovação: 14/04/2026 | Publicação: 24/04/2026

^b jessicafernandaabaraunaa@gmail.com | Concepção, pesquisa e análise de dados e/ou documentos, discussão dos resultados e redação e revisão do texto.

^c rbmeira@gmail.com | Concepção, análise de dados e/ou documentos, discussão dos resultados e redação e revisão do texto.

^d mariluci.carelli@gmail.com | Concepção e redação e revisão do texto.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil. As autoras declaram não haver conflito de interesse. Os conteúdos utilizados na pesquisa encontram-se no manuscrito.



Esta publicação está licenciada sob os termos
de Creative Commons 4.0 Internacional

espaços rurais paulistas. A análise concentra-se no estado de São Paulo, principal polo produtor e exportador no período. O desenvolvimento da monocultura, embora vinculado ao crescimento econômico do estado, criou uma dependência do mercado externo, favorecendo a ocupação de novas terras pela cultura cafeeira, o pouco investimento na modernização das técnicas agrícolas e os impactos ambientais. O contexto econômico consolidou a elite cafeeira no poder, que influenciou as políticas federais a proteger seus interesses.

Palavras-chave: Café. Progresso. História Econômica.

Abstract: The article discusses the discourses that defend coffee as a symbol of progress during the First Republic (1889-1930), and the socio-environmental and economic impacts of the expansion of monoculture in rural areas of São Paulo, Brazil. The analysis focuses on the state of São Paulo, the main producer and exporter during the period. However, the development of monoculture, although linked to the state's economic growth, created a dependence on the foreign market, favored the occupation of new lands for coffee cultivation, led to little investment in modernizing agricultural techniques, and had environmental impacts. The economic context consolidated the political power of the coffee-growing elite, which subsequently influenced federal policies to safeguard its interests.

Keywords: Coffee. Progress. Economic History.

JEL: N56. Q13. F14. N96.

Introdução

Durante a Primeira República, o café consolidou-se como base da economia brasileira, sendo responsável pela maior parcela das exportações nacionais e simbolizando, para muitos, o progresso¹ do país.

No início da República, uma das classes que tinham maior posição social e econômica era a dos fazendeiros de café. Esses homens estavam em posição privilegiada em comparação com os demais grupos sociais, especialmente na região Sudeste². Vilaro (1986), ao discutir sobre a posição dos cafeicultores paulistas, indica que eles obtiveram os recursos para a expansão das lavouras por meio do capital adquirido com a cultura canavieira, atividade muito desenvolvida no oeste paulista entre 1750 e 1850. Nos períodos de baixa do preço do açúcar, os produtores investiram nas plantações de café, tanto na expansão das lavouras quanto no beneficiamento do produto. Além disso, a corrente de imigração para o estado de São Paulo em fins do período imperial favoreceu as lavouras paulistas, aumentando a disponibilidade de mão de obra para as fazendas. Desse modo, com o advento da República, esses fazendeiros já dominavam parte do mercado nacional do café, superando pela primeira vez a produção do Rio de Janeiro na safra de 1888-1889.

A consolidação da cafeicultura paulista no início da República não se deu apenas pela disponibilidade de capital e de mão de obra, mas também pelo fortalecimento de uma infraestrutura voltada à exportação, que ampliou ainda mais a vantagem competitiva da região. Fato é que São

¹ A noção de progresso que discutimos neste artigo alinha-se à concepção clássica, oriunda do Iluminismo. Essa concepção caracteriza-se pela crença em um movimento linear e universal da história de acúmulo de conhecimento científico-tecnológico em direção a uma suposta melhoria moral e social inevitável. Nessa visão, como sintetiza Bresser-Pereira (2014, p. 36), “a chave do progresso era o avanço da razão e da ciência; a busca dos fundamentos racionais da moralidade, em lugar de fundamentos tradicionais ou religiosos; é o progresso da ciência e da sociedade”. Desse modo, o mundo passou a ser percebido como “uma grande máquina, que poderia ser desmontada matematicamente para a compreensão de seu funcionamento e, então, instrumentalizada a favor da humanidade” (Sousa, 2022, p. 7). Essa concepção explica a despreocupação com os impactos ambientais que marcaram a expansão cafeeira e é amplamente criticada nas últimas décadas por ser considerada eurocêntrica, colonialista e insustentável diante das mudanças climáticas e das desigualdades sociais.

² Desde o século XIX, ocorreu a separação dicotômica em duas áreas caracterizadas pela sua densidade econômica no Brasil. No caso do Nordeste açucareiro, a leitura era de perda da importância política e econômica pelos problemas enfrentados pela produção açucareira no mercado externo. No polo oposto, estava o Centro-Sul cafeeiro, que tomava grande impulso se consagrando como região fornecedora do principal produto da balança comercial brasileira (Fausto, 1989).

Paulo dominou a produção nacional, bem como as exportações do produto.³ A relevância econômica que o estado passou a ter consolidou a força dos cafeicultores paulistas durante todo o período da Primeira República.

Conforme analisado por Vilaro (1986), a estrutura da economia cafeeira paulista foi um empreendimento dos capitais diretamente transferidos das atividades agrícolas canavieiras para as lavouras; no entanto, a dependência econômica exportadora apresentava algumas fragilidades que poderiam desestabilizar o sistema. Para Perissinotto (1997), essa lógica era bastante instável por causa das variações do mercado externo, que estavam fora do controle nacional. Qualquer crise no comércio internacional refletiria diretamente nas receitas estatais.

Essas variações no mercado foram relatadas com preocupação no último decênio do século XIX e no primeiro quartel do século XX por deputados, governadores e outras figuras ligadas ao governo federal. O crescimento da produção cafeeira, ainda que interpretado por muitos técnicos e produtores da época como sinônimo de sucesso, intensificava os problemas estruturais do setor, que eram justificados com o aumento do número da exportação de café em comparação aos números da exportação de outros produtos do período e com o capital que trazia para o Brasil, tendo sido o café o carro-chefe dos produtos exportados na Primeira República.

Esse destaque das exportações de café em detrimento dos outros produtos primários ocasionou a dependência econômica brasileira do produto, além do crescimento das áreas de lavoura por parte dos fazendeiros, que buscavam aumentar seus lucros. Em contrapartida, a monocultura cafeeira auxiliou na construção de todo um sistema político favorável a seu cultivo. Ainda que houvesse a preocupação de que uma queda dos preços poderia causar prejuízos ao estado e aos cafeicultores, a expansão das áreas de lavoura foi contínua nos três primeiros decênios da República, tendo em vista que, para elevar os números das exportações, era necessário expandir as áreas cultivadas para aumentar a produção.

A mentalidade predominante entre os cafeicultores era a de que o progresso das lavouras dependia da exploração contínua de novos territó-

³ Releva notar que a cafeicultura fluminense não deixou de existir no período republicano e outros estados brasileiros contaram igualmente com o café entre as suas atividades exportadoras.

rios e áreas florestais. Enquanto o café continuasse financiando a maior parte da receita do governo brasileiro, este continuaria mantendo o produto no topo e garantindo as condições necessárias para os produtores seguirem desenvolvendo suas lavouras.

Os interesses da elite cafeeira paulista por muitas vezes estiveram alinhados com as políticas econômicas federais; contudo, esse crescimento acelerado da cafeicultura gerava impactos profundos no meio ambiente e na organização social do país. A ampliação das lavouras demandava a derrubada de extensas áreas de mata nativa, resultando na degradação do solo e na perda de biodiversidade. Com as terras vistas como inesgotáveis, os produtores não buscavam o aprimoramento de técnicas produtivas a fim de modernizar as lavouras e seguiam o mesmo padrão de plantações por toda a região (Furtado, 2007).

Assim, apesar de a cafeicultura ter sido amplamente exaltada como motor do progresso nacional, os impactos ambientais e sociais de sua monocultura também estiveram presentes no período. Pádua (1998, p. 158) diz que “a destruição do meio natural derivava da utilização de práticas rudimentares herdadas do passado colonial, sendo mais um ‘preço do atraso’ do que um ‘preço do progresso’”. Desse modo, a narrativa hegemônica que enaltecia o café como símbolo de modernidade e desenvolvimento mascarava os desafios e as contradições que a cafeicultura trazia ao Brasil.

A discussão sobre as ideias que relacionam o avanço da cafeicultura ao progresso já dispõe de uma bibliografia extensa. No entanto, poucas pesquisas associam a evolução econômica de São Paulo à degradação ambiental que avança ao mesmo tempo que o café se integra à lógica do mercado global. Entende-se que as escolhas realizadas pelos cafeicultores na adoção das mudanças tecnológicas na produção ou na manutenção de técnicas de cultivo fizeram parte do ideal de progresso defendido pela elite cafeeira durante a Primeira República. Gilbert Dupas (2006) destaca na sua análise sobre o “mito do progresso” que a destruição das florestas se acelera no século XIX, mesmo período em que o café ganha força como produto importante na balança comercial brasileira por abastecer os mercados europeus. O processo de devastação das matas para as novas frentes de plantio dos cafezais se mantém na Primeira República na medida em que o Estado subvenciona os excessos de produção através

de acordos e políticas de valorização. É nesse período que a história ambiental em diálogo com a história econômica pode desvendar questões ainda em aberto.

Nesse sentido, o artigo busca aproximar a história econômica da história ambiental para discutir a cafeicultura na Primeira República. A pesquisa vincula a degradação ambiental não apenas às técnicas tradicionais, mas, igualmente, à dinâmica de expansão dos cafezais, que se apoiava na defesa do progresso econômico e na ideia de vocação agrícola – fatores que sustentaram os privilégios dados à monocultura cafeeira paulista⁴. Busca-se, neste texto, analisar as coletâneas publicadas pelo Departamento Nacional do Café (DNC)⁵ e os relatórios do Ministério da Agricultura e da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo, bem como o livro *O café no Brasil e no estrangeiro*, publicado pelo engenheiro Augusto Ramos⁶. As fontes analisadas fazem parte de uma vasta documentação sobre a produção cafeeira produzida durante o período da Primeira República.

Por meio dos dados obtidos pelas coleções, foi possível identificar as variações de produção e estratégias de valorização do produto que auxiliaram na compreensão da dinâmica da cafeicultura no período republicano. A análise dessas fontes, combinada com a bibliografia relevante para a discussão, permitiu articular elementos econômicos, sociais e ambientais fundamentais para uma crítica dos efeitos da monocultura cafeeira na conformação do território brasileiro. Autores como Annibal

⁴ Como destaca Sonia Regina de Mendonça (2008, p. 86), durante a Primeira República foi preciso lidar com os sintomas da crise de superprodução cafeeira, acirrada pelos efeitos da grande safra de 1906. “Partiria de São Paulo a iniciativa de convocar os estados cafeicultores para assinarem um acordo conjunto pondo fim no mercado livre de café no Brasil. Em 26 de fevereiro de 1906 seria assinado pelos presidentes de Estado Jorge Tibiriçá (SP), Francisco Sales (MG) e Quintino Bocaiúva (RJ), o Convênio de Taubaté”. As políticas de valorização implementadas no período foram justificadas pelo impacto do café na balança comercial brasileira e a sua importância para o progresso econômico do país. Relewa notar que a Primeira República também seria marcada por demandas e interesses de novos grupos, como os industriais, que contestavam a defesa de que a vocação agrícola garantia o progresso econômico. Nícia Vilela Luz (2004, p. 76) analisa alguns discursos do período que defendem que a “drenagem das riquezas” brasileiras para o exterior eram decorrentes de uma “economia exclusivamente agrícola”.

⁵ A coleção de documentos organizada pelo Departamento Nacional do Café é composta por artigos publicados em revistas e jornais, escritos por estadistas, técnicos e cafeicultores.

⁶ Augusto Ramos foi um engenheiro formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Ocupou muitos cargos políticos de destaque ao longo de sua vida. Entre eles, foi presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e inspirador do convênio de Taubaté (Meira, 2015).

Villela e Wilson Suzigan (1975), Wilson Cano (2007) e Celso Furtado (2007) foram essenciais para a discussão, além de trabalhos e interpretações de outros pesquisadores recentes que investigam o contexto da cafeicultura na Primeira República.

Compreender como a persistente monocultura da rubiácea influenciou na paisagem cultural rural e urbana do país é essencial nas discussões que envolvem a história econômica, a história ambiental e a história agrária. Ao estudar esse tema, podemos entender o papel de cada agente da sociedade na preservação e manutenção dessa monocultura, tendo em vista que o plantio do café ainda existe em larga escala nas terras brasileiras, herdeiro de um imenso legado de destruição do patrimônio ambiental. Nesse sentido, o passado das crises de superprodução e da degradação ambiental que gestou paisagens cafeeiras precisa ser pensado no presente como resposta aos desafios dados pelas mudanças climáticas e pela agricultura sustentável.

Portanto, este artigo está dividido em duas partes além da introdução. Na primeira, discutimos a influência de São Paulo na produção cafeeira e o modo como sua expansão impulsionou o desenvolvimento de alguns setores econômicos no estado, justificando os investimentos na monocultura pelas ideias do progresso econômico. A pesquisa abrangeu as regiões cafeeiras do estado de São Paulo, considerando a disponibilidade das fontes que abordam as questões socioambientais na cafeicultura durante a Primeira República. Na segunda parte, discutimos a permanência de técnicas agrícolas vistas como atrasadas aplicadas nas lavouras cafeeiras e os impactos ambientais desses métodos.

Releva notar que a história ambiental tem se consolidado como subárea importante da História, ampliando o diálogo com a história da ciência e a história econômica. No entanto, ainda encontramos poucas pesquisas que envolvem de forma conjunta os temas privilegiados pelas diferentes subáreas da História durante o período da Primeira República. A pesquisa de José Augusto Pádua (1998), um dos principais pesquisadores da história ambiental no Brasil, se concentra nos períodos da Colônia e do Império, não avançando para a Primeira República. No capítulo voltado mais especificamente para a devastação florestal provocada pelos cafezais – “O café desaloja a floresta” –, Warren Dean (1996) se centra sobretudo no Segundo Reinado, não abordando dados posteriores ao ano de 1888.

Mello, Zanetti e Papali (2014) apresentam um panorama sobre as questões ambientais e a visão edênica no Brasil do período colonial até os dias atuais. Ao tratar da cafeicultura no Brasil, os autores analisam os dados da segunda metade do século XIX. Como se percebe, existe uma lacuna na historiografia ambiental sobre o período da Primeira República. Nesse sentido, o artigo busca contribuir com as discussões ao analisar a continuidade das práticas predatórias iniciadas no século XIX e os seus impactos econômicos e socioambientais na Primeira República.

1. A locomotiva do progresso: São Paulo e a monocultura cafeeira

A expressão *locomotiva do progresso* surgiu na Primeira República e continua sendo fortemente utilizada na atualidade. O termo é usado como uma retórica política mobilizada pelas elites paulistas desde a Primeira República, em meio a seus embates com outras elites regionais pelo protagonismo nacional. Como demonstram Costa e Menezes (2023), essa metáfora era empregada de maneira estratégica, reforçando a imagem de São Paulo como a “locomotiva” do país, enquanto direcionava para outras regiões uma posição secundária, sendo estas os “vagões vazios” que a locomotiva puxava.

Esse discurso repercutia a concentração do poder econômico no estado. Nas palavras de Roberto Rodrigues, ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), “o agronegócio está em São Paulo” (*apud* Costa; Menezes, 2023, p. 2). Essa narrativa também servia para legitimar a influência política paulista, como evidenciado pela atuação da SRB, que, mesmo ostentando um “epíteto nacional”, era dominada por paulistas, atuando como um “aparelho privado de hegemonia” (Costa; Menezes, 2023, p. 18).

Assim, o termo *locomotiva do progresso* busca sintetizar a imagem que São Paulo passou a ocupar no território nacional, no sentido de refletir a transformação econômica e social impulsionada pelo complexo cafeeiro paulista. Foi essa rede de infraestrutura e acumulação de capital que colocou São Paulo nos *trilhos* da industrialização. Na virada do século XX, o estado já era entendido como a locomotiva que trazia consigo o projeto de modernização do país, ainda que de forma desigual, concentrada e em disputa com outros centros de poder.

Na Primeira República, São Paulo consolidou-se como o principal estado produtor de café do Brasil, desempenhando papel central na economia nacional. Com a exaustão do solo no Vale do Paraíba fluminense, a produção cafeeira foi deslocando-se em direção a áreas mais férteis. Nisso, encontrou no oeste paulista condições favoráveis a seu cultivo, “onde a terra roxa permitiu colheitas das mais abundantes por mil pés de café” (Brasil, 1934, p. 55).

A expansão cafeeira em São Paulo resultou no avanço territorial da produção agrícola voltada para as exportações. Até então, a orientação geográfica do oeste paulista era em direção ao Rio de Janeiro, principal porto por onde passavam as exportações nacionais (Prado Júnior, 2000). Com o aumento da produção paulista, o porto de Santos passou a ter maior destaque, sendo essa mudança um dos primeiros passos para consolidar a posição da produção paulista nas exportações nacionais.

Esse processo foi fundamental para a formação do complexo cafeeiro paulista, conceito desenvolvido por Wilson Cano (2007) para explicar como a cafeicultura em São Paulo não se limitou às exportações, mas articulou um sistema integrado de produção, transporte, financiamento e industrialização, tornando-se a base do desenvolvimento econômico regional.

O referido sistema já era perceptível no primeiro quartel do século XX, conforme apresentado no relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em que foram analisados os aspectos da economia rural brasileira no ano de 1922:

A par do desenvolvimento agrícola, também se manifesta o industrial em todos os ramos, fábricas tendo sido inauguradas em quase todas as cidades, dando trabalho à população rural que não dispõe de terra para cultura. As cidades, de aparência decadente, renovam-se com outras construções, com instalações sanitárias, surgindo nos municípios, boas estradas de rodagens para o tráfego de automóveis (Brasil, 1922, p. 581-582).

Desse modo, mais do que registrar o crescimento econômico, o trecho evidencia a reconfiguração social e espacial promovida por esse sistema: a incorporação de populações rurais sem acesso à terra ao mer-

cado de trabalho urbano-industrial, a modernização da infraestrutura e a renovação urbana. Esses sinais de dinamismo reforçam o argumento de Wilson Cano (2007) de que o complexo cafeeiro foi capaz de gerar transformações estruturais duradouras na economia e na organização territorial da região. O autor demonstra em seus estudos que a estrutura do complexo cafeeiro paulista pode ser dividida em seis componentes inter-relacionados quando falamos do período republicano:

(I) a expansão e comportamento do café, (II) a expansão da oferta de mão de obra, (III) a expansão ferroviária e seu papel na acumulação do complexo, (IV) o papel desempenhado pela apropriação de terras, (V) o desenvolvimento da agricultura produtora de alimentos e de matérias-primas e (VI) os demais componentes do complexo, mais representativos de seu segmento urbano (Cano, 2007, p. 50).

A quantidade de imigrantes que São Paulo recebeu foi essencial para o desenvolvimento da cafeicultura no estado. Grande parte desses imigrantes integrou o processo de substituição da mão de obra escrava pela livre, tema que já estava sendo discutido desde o fim do século XIX.

Nesse contexto, a política de incentivo à imigração europeia se consolidou como uma das principais estratégias para suprir a crescente demanda por mão de obra na lavoura de café paulista, especialmente após o declínio do sistema escravista. A chegada de imigrantes de várias partes da Europa, sobretudo italianos, foi constante e em grande escala por várias décadas (Tabela 1), transformando a estrutura produtiva e social do estado.

Tabela 1 – Estatística da entrada de imigrantes no estado de São Paulo entre 1885 e 1910

Período	Nacionalidades					Total
	Italianos	Espanhóis	Portugueses	Austríacos	Diversos	
1885-1890	158.358	9.718	24.047	3.126	10.706	205.955
1891-1995	274.322	51.430	39.376	6.569	9.339	381.036
1896-1900	142.071	32.744	14.325	9.056	1.719	199.915
1901-1905	117.175	38.915	24.157	1.531	12.555	194.333
1906-1910	58.987	60.890	41.403	3.115	25.791	190.186

Fonte: São Paulo (1915).

Cano (2007) afirma que não apenas as exportações eram movimentadas pela cafeicultura; a marcha de imigrantes que se encaminharam para as terras paulistas alterou as tendências de consumo do estado. Dessa forma, a importação de alimentos também aumentou significativamente no período, influenciando na balança comercial paulista (Tabela 2).

Tabela 2 – Produtos alimentares importados pelo estado de São Paulo relacionados com os totais importados pelo Brasil e com os totais produzidos no estado de São Paulo (em % calculada sobre os volumes físicos)

Produtos	% sobre a importação brasileira				% sobre a produção paulista		
	1901-05	1906-10	1911-15	1916-20	1901-05	1911-15	1916-20
Arroz	26,4	20,6	11,4	0	50	1	0
Feijão	5,5	3,7	8	0	0,6	0,5	0
Milho	9	1,5	18,1	1,8	0	0	0
Charque	0,8	0,4	0,6	0	-	-	0
Batata	16,8	14,8	14,7	12,8	-	10	4,7

Fonte: Cano (2007).

Percebe-se que a demanda interna gerada pela imigração e pela expansão urbana em São Paulo levou a um aumento significativo das importações de alimentos; no entanto, os dados mostram que, para produtos de consumo considerados básicos, essa dependência foi superada com o passar dos anos. O arroz, por exemplo, que era o alimento de maior ex-

pressão entre as importações, teve queda acentuada: em 1907, São Paulo importou menos de 10% do volume que importara em 1905-1906, e essa quantidade representava menos de 2% da produção interna.

A diversificação da agricultura paulista também estava vinculada ao desenvolvimento da cafeicultura. Nesse contexto, Prado Júnior (2021) aponta que a prioridade da economia brasileira estava cada vez mais voltada à produção de matérias-primas para exportação, especialmente o café, em detrimento da produção de alimentos voltados ao consumo interno. Como resultado, setores essenciais da alimentação nacional se tornavam insuficientes, obrigando o país a importar produtos básicos, o que evidenciava um desequilíbrio entre a produção para o mercado externo e as necessidades internas.

Desse modo, a cafeicultura não apenas consolidou a hegemonia paulista no cenário nacional, mas também viabilizou, em certa medida, a introdução e o desenvolvimento de outras atividades produtivas. A diversificação agrícola no estado, embora subordinada à lógica do mercado externo e à dependência das receitas do café, foi impulsionada pelos recursos acumulados com a exportação dessa mercadoria. Esse aspecto é evidenciado na coletânea publicada pelo DNC em 1934, que tinha como objetivo realizar a sistematização histórica do café:

Da mesma forma que o café constitui a atividade fundamental e a riqueza básica de São Paulo, sem cujo auxílio não teríamos criado as indústrias que possuímos, nem nos orientaríamos para a prática de outras culturas, pelo menos sem grandes desastres, ainda é essa mercadoria tutelar o fator que eleva a capacidade aquisitiva nacional, principalmente em São Paulo, a fim de que possamos importar aqueles materiais e matérias-primas indispensáveis às nossas indústrias, às nossas empresas de comunicação e à própria obra moral da civilização que vamos construindo (Brasil, 1934, p. 58).

Essa declaração revela como o próprio discurso oficial reconhecia que a introdução de outras culturas agrícolas, bem como o avanço industrial, estava condicionada ao êxito do setor cafeeiro. Assim, a diversificação agrícola não representou uma ruptura com o modelo agroexportador, mas sim se tornou uma de suas ramificações internas, sustentada

pela capacidade de investimento e pela infraestrutura criada em torno da cafeicultura.

Dessa forma, percebemos que, à medida que o complexo cafeeiro se desenvolvia em São Paulo, o processo de urbanização avançava simultaneamente. Por isso, o café representava um poder enorme na mão dos produtores paulistas, que construíram seu capital não apenas mediante a exploração agrícola, mas também por meio do controle das redes de transporte, do sistema financeiro e dos mecanismos de poder político (Silva, 2006).

Esse fortalecimento da economia cafeeira se refletiu nas exportações. Entre 1898 e 1906, as exportações de café pelo porto de Santos saltaram de pouco mais de cinco milhões de sacas para mais de 15 milhões (Tabela 3). Esses números consolidaram ainda mais o café como a principal *commodity* do Brasil e garantiram a prosperidade das elites cafeeiras que dominavam o país nesse período. Conforme os dados da Tabela 3, vê-se que os outros portos que exportavam café aos poucos foram perdendo sua força em comparação às exportações do estado de São Paulo.

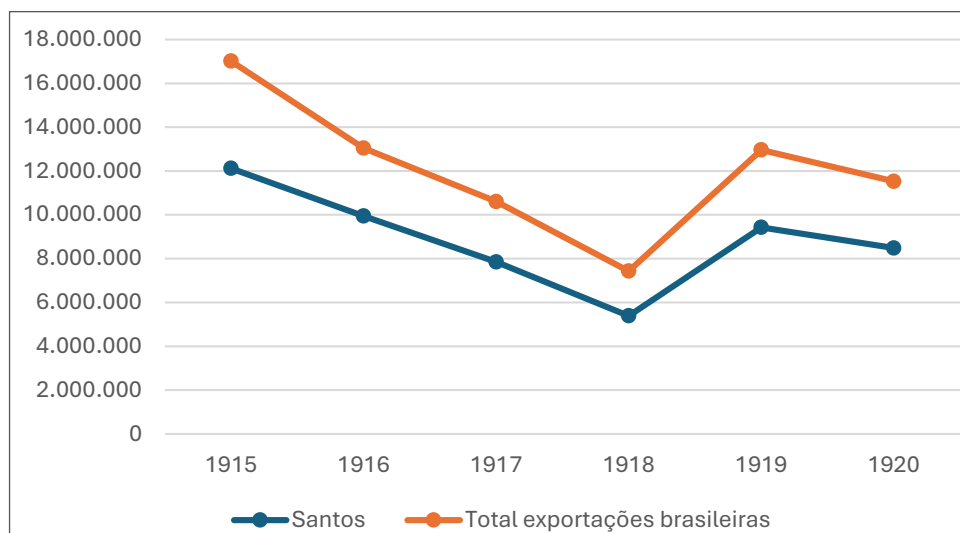
Tabela 3 – Produção mundial de café (em milhões de sacas), 1898-1906

Ano Safra	Produção brasileira				Produção em outros países	Produção mundial total	Quantidades compradas no mercado	Suprimento visível
	Porto do RJ	Porto de Santos	Outros portos	Total da produção brasileira				
1898	3.190	5.580	550	9.320	4.405	13.725	12.994	6.176
1899	3.265	5.705	455	9.425	4.380	13.805	14.252	5.729
1900	2.930	7.970	385	11.285	3.785	15.070	13.965	6.834
1901	5.330	10.165	650	16.145	3.645	19.790	15.319	11.305
1902	3.975	8.350	620	12.945	3.720	16.665	16.097	11.873
1903	4.020	6.395	686	11.101	4.891	15.992	15.588	12.277
1904	2.542	7.426	555	10.523	3.923	14.446	15.507	11.216
1905	3.244	6.983	617	10.844	3.948	14.792	16.306	9.702
1906	4.234	15.392	564	20.190	3.596	23.786	17.108	16.381

Fonte: Holloway (1978 *apud* Torelli, 2004).

Com base nos dados apresentados, constata-se que a produção brasileira, impulsionada por São Paulo, dominou também o mercado mundial de café no início do século XX. Em 1906, o Brasil contribuiu com 85% da produção global, e o porto de Santos foi o responsável por 65% da exportação no mesmo ano. Além disso, ao analisar as exportações de café pelo porto de Santos em comparação com o total das exportações nacionais, verifica-se que os números nacionais acompanham de forma consistente o desempenho paulista, com variações mínimas quando desconsiderada a influência do estado (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Exportações de café do Brasil (em sacas de 60 kg) pelo porto de Santos e exportações totais brasileiras entre 1915 e 1920



Fonte: Brasil (1940).

Assim, a cafeicultura passou a concentrar boa parte das receitas estaduais e, conseqüentemente, federais. Logo, havia grande empenho na aplicação de medidas de defesa das lavouras e da estabilidade do setor agrícola, já que os interesses das lavouras se alinhavam aos do Estado brasileiro, em razão da grande concentração de capital que a atividade movimentava. As medidas econômicas que beneficiaram o setor exportador brasileiro da época e, nessa esteira, o aumento da produção cafeeira fortaleceram ainda mais a posição de São Paulo como o novo centro dinâmico da economia nacional.

Foi depois do período da República da Espada que as elites cafeicultoras se firmaram no poder, garantidas por uma base econômica apa-

rentemente sólida oferecida pela crescente produção cafeeira (Almeida; Engel, 2016). Em 1894, o cafeeiro paulista Prudente de Moraes foi eleito o primeiro presidente civil do Brasil, dando início ao período conhecido como República das Oligarquias (Silva, 2006). Seu sucessor, Campos Salles, também cafeeiro paulista, oficializou a política dos governadores em 1900, uma das mais marcantes aplicadas na Primeira República. Segundo Silva (2006), o acordo consistia em um compromisso entre o governo federal e as oligarquias estaduais no qual estas recebiam ampla autonomia e apoio em troca da garantia total de respaldo do governo, assegurando que seus deputados e senadores não lhes dificultassem a política nacional.

Dessa forma, houve a consolidação do poder local da elite cafeeira, fortalecendo ainda mais a influência dos grandes cafeeiros no cenário nacional. A política dos governadores garantia que o governo federal não interferisse nas eleições estaduais, desde que as oligarquias locais apoiassem o presidente no Congresso. Esse sistema criou um ciclo de troca de favores políticos conhecido como coronelismo⁷, ou seja, os grandes proprietários rurais controlavam os votos de sua região em troca de benefícios, como obras públicas e cargos políticos (Silva, 2006).

Porém, conforme a discussão de Perissinotto (1997), a instabilidade do mercado externo era o grande problema da economia exportadora. Nesse sentido, para sustentar e organizar a cafeicultura, tendo em vista tamanha magnitude da atividade agrícola, o governo paulista, articulado com as elites cafeeiras, passou a criar uma série de instituições e núcleos especializados destinados a apoiar a produção, o financiamento e a comercialização do café. Essas instituições, segundo Perissinotto (1997, p. 73), “trouxeram consigo um distanciamento cada vez maior dos decisores frente aos interesses imediatos do grande capital cafeeiro, isto é, uma ‘autonomização’ do Estado”.

Se a política dos governadores garantia o controle oligárquico em nível nacional, em São Paulo esse poder se traduziu na construção de instituições estaduais voltadas para a sustentação do complexo cafeeiro.

⁷ Victor Nunes Leal (1976, p. 25) destaca que as relações que se formam nos espaços rurais brasileiros criam uma profunda dependência das classes pobres em relação aos grandes proprietários de terras locais. Segundo o autor, os pequenos proprietários rurais e agregados lutam “com o ‘coronel’ e pelo ‘coronel’”. Aí estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural”.

O crescimento da economia cafeeira impulsionou o Estado a desenvolver um sistema administrativo complexo para direcionar os recursos gerados pela exportação de café aos cofres públicos, destacando assim a centralidade do café no processo de desenvolvimento econômico (Perissinotto, 1997).

Isso significou que, em São Paulo, a elite cafeeira consolidou seu domínio político e estruturou um aparato estatal eficiente para financiar e proteger seus interesses econômicos. A modernização da máquina administrativa, especialmente na área fiscal, refletia a necessidade de garantir a estabilidade do setor cafeeiro, principal fonte de riqueza do estado.

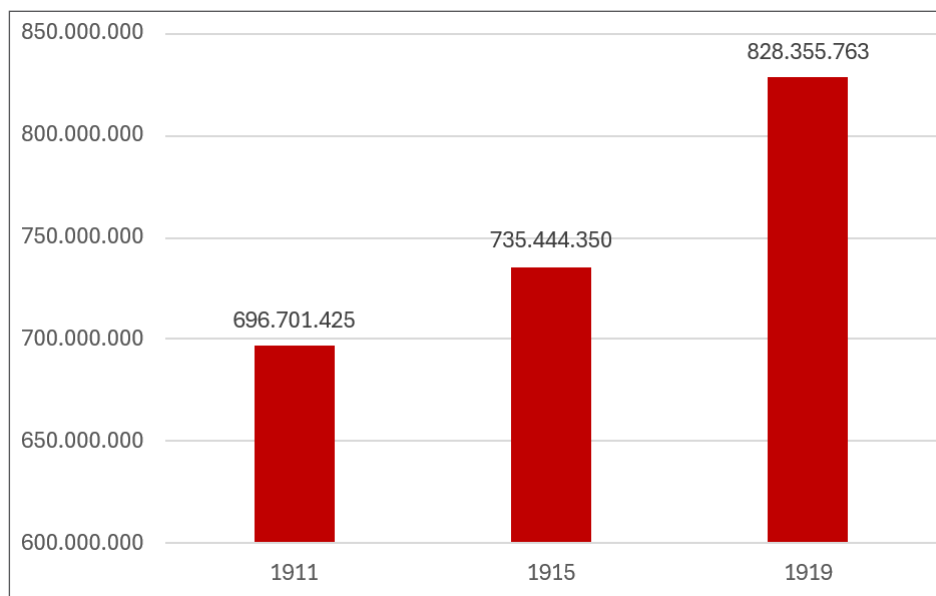
Em 1902, foi fundada a Sociedade Paulista de Agricultura, com o objetivo de neutralizar o controle das casas exportadoras estrangeiras sobre o comércio internacional do café e agir contra a manipulação dos preços por parte dos importadores. Esse grupo foi responsável por ditar a política cafeeira de São Paulo até 1909. Além disso, passaram a ter destaque no Congresso Federal parlamentares que defendiam os interesses das lavouras cafeeiras e a valorização do café por meio da intervenção do Estado no mercado (Vilardo, 1986).

A maior preocupação dos fazendeiros era a baixa dos preços internacionais do café, tendo em vista que o maior montante da produção nacional era voltado às exportações. Havia correntes opostas que divergiam sobre como controlar uma possível crise. O protecionismo é um dos fatores citados por Wilson Cano (2007) que estimularam a expansão cafeeira em São Paulo. Um exemplo disso é o auxílio que os cafeicultores receberam para controlar a superprodução. Os produtores precisavam de recursos financeiros para controlar a oferta de café no mercado, mantendo estoques em períodos de alta da produção. Esses estoques seriam vendidos quando a demanda internacional fosse maior ou usados para suprir períodos de baixa produção, garantindo estabilidade nos preços e na renda (Furtado, 2007).

Com o passar dos anos, a compra do excedente da produção não foi suficiente para controlar a crise oriunda do aumento constante da produção cafeeira. Mesmo diante de dificuldades, a cultura do café continuou a expandir-se no estado, e o número de cafezais aumentava ano após ano (Gráfico 2). Com a superprodução do café e a baixa nos preços internacionais do produto, o estado de São Paulo precisou tomar medidas mais

drásticas para conter a crise iminente que assolaria todo o sistema que era movimentado pela monocultura cafeeira paulista e manter os valores das exportações favoráveis quando comparados aos da produção regional. A curto prazo, essas medidas foram eficientes, mas, quando analisadas a longo prazo, vê-se que o progresso das lavouras passou a se dar em razão das medidas aplicadas para proteger o valor da mercadoria, e não das vendas externas (Furtado, 2007).

Gráfico 2 – Produção cafeeira no estado de São Paulo entre 1911 e 1919 (em pés)



Fonte: Brasil (1922).

O café consolidou-se como eixo dinâmico da reorganização territorial, socioambiental e econômica de São Paulo, conforme registrado pelo relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em publicação sobre os aspectos da economia rural brasileira no ano de 1922:

Através das sucessivas crises por que tem passado a cultura, crises econômicas resultantes da falta de crédito, do desequilíbrio entre a oferta e a procura, da falta de braços, de acidentes climáticos etc., tem vencido todos os óbices que sobre ela se abateram, de modo a continuar a ser desde muitos anos, a principal cultura de S. Paulo, em torno da qual giram todas as preocupações e os interesses econômicos vitais do Estado e do país. Novas zonas se vão abrindo

no Oeste, onde os municípios se desenvolvem abruptamente, mercê das suas condições propícias à cultura cafeeira, atraindo com a sua prosperidade as estradas de ferro de penetração e, enquanto se acentua a decadência do vale do Parahyba, pompeiam na opulência localidades do oeste até há pouco quase desconhecidas (Brasil, 1922, p. 640).

Ao evidenciar a superação de obstáculos como a escassez de crédito, a instabilidade do mercado, as questões da falta de mão de obra e as mudanças climáticas, o relatório reforça a ideia de que a cafeicultura era mais do que uma atividade agrícola; tratava-se do pilar em torno do qual giravam os principais interesses econômicos do estado de São Paulo e do país. A expansão do oeste paulista, com o rápido crescimento de novos municípios e a interiorização das ferrovias, demonstra o dinamismo do setor e sua capacidade de redefinir o território e a infraestrutura regional.

Dessa forma, fica evidente o interesse do governo paulista em proteger o setor cafeeiro. As medidas aplicadas para esse fim nunca haviam sido vistas anteriormente no cenário nacional, e o resultado delas constituiu numa estabilização artificial dos preços. A consolidação econômica de São Paulo na Primeira República, segundo Cano (2007), não pode ser compreendida apenas com base na produção cafeeira, mas também por meio das transformações que ela impulsionou em outros setores da economia. O desenvolvimento da indústria, das atividades extrativas e da capacidade administrativa do estado foi, em grande medida, viabilizado pela riqueza gerada pelo café.

Logo, pode-se concluir que a riqueza oriunda do café financiou a modernização da infraestrutura do estado, incluindo a expansão da malha ferroviária, a urbanização de cidades como São Paulo e Santos e o desenvolvimento de instituições financeiras e industriais. O processo de transformação econômica e social impulsionado pelo complexo cafeeiro, mediante a acumulação de capital e as estruturas geradas, preparou o terreno para que São Paulo se tornasse, nas décadas seguintes, o centro industrial e financeiro do Brasil, consolidando o estado como polo central do desenvolvimento econômico e da modernização brasileira ao longo do século XX.

Boa parte das políticas era voltada para a defesa da cafeicultura porque os próprios fazendeiros faziam parte do aparato burocrático do esta-

do, buscando medidas que beneficiassem sua classe e defendessem seu capital. Essa dinâmica, embora tenha fomentado o desenvolvimento inicial de São Paulo, também perpetuou desigualdades sociais e dependência econômica, características que marcariam a trajetória do país. Assim, o café não apenas financiou a modernização, mas também revelou as contradições de um crescimento alicerçado em interesses oligárquicos, cujos efeitos se estenderam para além do período analisado, como debatemos na próxima seção. O legado da monocultura cafeeira paulista, portanto, transcendeu o período da atividade agrícola, tornando-se um dos pilares da transformação econômica e social que moldaram o estado.

2. Os técnicos entram em cena: a circulação de saberes e tecnologias e os novos olhares para o progresso e para a vocação agrícola

No contexto do avanço agrícola e da modernização do campo, os técnicos agrícolas assumiram papel relevante como agentes na transformação das estruturas produtivas. A circulação de saberes e tecnologias permitiu a difusão de conhecimentos que reforçaram a vocação agrícola do país, ainda que muitas vezes vinculada a estruturas de produção já conhecidas. A atuação desses especialistas em ministérios, secretarias e órgãos técnicos representou o fortalecimento da ciência e da racionalização do progresso, introduzindo novas referências que, mesmo em tensão com modelos tradicionais, consolidaram a influência do conhecimento científico nas políticas agrárias. Porém, essa atuação técnica e institucional não ocorreu de forma homogênea em todas as culturas agrícolas, uma vez que as condições das produções influenciavam a adoção de novos saberes e práticas.

Parte dessa diferença se dava pela experiência dos fazendeiros e pelo legado agrícola do país, que eram enfatizados nos discursos quando o assunto era o sucesso das lavouras, como demonstrado pelo agrônomo e técnico do Ministério da Agricultura José Eurico Dias Martins, na coletânea publicada pelo DNC em 1934:

E como o nosso agricultor aprendeu a fazer assim, com tanta segurança a escolha de sítio para café? Pelo saber de experiência feito, adquirido através de gerações e gerações

de agricultores experimentados e concretizados nos padrões de terra boa e terra ruim, e na excelência das plantas aí cultivadas, o cafeeiro à frente, crescendo magnificamente, depois das derrubadas e queimadas, ao lado dos grandes tocos e enormes troncos, combusto de pau d’alho ou figueira branca de peroba ou jequitibá, de cedro ou vabriuca, etc., atravancando o solo, e sobre os quais crescem, então os cafezais aí plantados produzindo sempre colheitas ótimas, e colheitas que vão às vezes, até depois do cafeeiro chegar aos 50 anos (Brasil, 1934, p. 351).

A citação, além de reforçar a ideia do saber acumulado pelos agricultores ao longo de gerações, evidencia a dimensão dos problemas ambientais acerca da expansão cafeeira. As menções às “derrubadas e queimadas” e aos “grandes tocos e enormes troncos” remetem diretamente ao processo de desmatamento das matas nativas, que era apresentado como condição indispensável para o avanço das lavouras de café.

Souza (1978) acrescenta, com base na análise do Dr. Carlos Ilidro da Silva, redator do *Agricultor Paulistano*, que eram recomendadas terras cobertas por vegetação de capoeira, dado que a derrubada da floresta deixava vestígios como troncos e raízes menores, os quais poderiam ser facilmente retirados com máquinas aratórias, o que não acontecia com a derrubada de matas virgens, cuja limpeza do terreno após as queimadas era feita de forma manual.

Após a preparação do terreno, era iniciado o plantio, que poderia ser realizado de dois modos: o direto, plantando-se as sementes diretamente no solo até a colheita, e o indireto, em que eram transplantadas mudas já existentes para os terrenos. Outras questões, como a limpeza dos cafezais e a extensão em que deveriam ser realizadas as podas, tampouco eram consenso (Souza, 1978). Esses processos foram fundamentais para o desenvolvimento de uma lavoura saudável e frutífera e, no período do Império, eram realizados majoritariamente por mão de obra escrava.

Pode-se encontrar o detalhamento das informações sobre os processos iniciais para a lavoura no texto publicado na coletânea do DNC:

Escolhido o sítio e nele o terreno para ser feita a plantação do cafeeiro, vem o trabalho da derrubada, que consta da roçada, cortando com a foice os cipós e as árvores de tron-

cos finos, de modo a ficar em pé somente as grandes árvores de troncos enormes, que o machado vai depois derrubar da sua grande altura, havendo troncos tão grossos e tão grandes que o derrubador ou machadeiro leva às vezes um dia para cortá-los fazendo-os cair, então, num estrondo formidável, arrastando consigo, num turbilhão de galhos quebrados, árvores menores arrancadas assim violentamente do solo entrelaçadas com os gigantes que tombam depois de tanto beneficiarem a vida de todos no mundo, e às vezes por mais de um século, fabricando ar puro para os animais poderem viver e a madeira para construção das casas. Depois de algum tempo, estando seca a mata derrubada, vem a queimada, pois só o fogo, apesar da choradeira dos sábios, torna possível a utilização do solo, iniciada então com a coveação, isto é, a abertura de pequenas covas, previamente alinhadas, e distantes uma das outras em todos os sentidos, cerca de 18 palmos ou de 4 metros, nas boas plantações, e covas dentro das quais são atiradas então 4 a 5 sementes de café em coco, escolhidas entre as melhores dos melhores cafeeiros de uma plantação (Brasil, 1934, p. 351-352).

O trecho retrata as técnicas empregadas na implantação das lavouras cafeeiras, evidenciando o caráter manual, intensivo e sistematizado do processo. Desde a escolha do terreno até a coveação, o plantio era feito numa sequência organizada de etapas, como a roçada, a derrubada, a queimada e o plantio, que exigiam conhecimento prático e esforço físico especializado, como o do machadeiro. A menção à precisão no espaçamento entre as covas e à seleção criteriosa das sementes demonstra que, embora rudimentares em comparação com métodos mecanizados posteriores, essas práticas obedeciam a uma lógica técnica voltada à maximização da produtividade. Além disso, fica evidente a dimensão da degradação ambiental do processo, ao descrever a derrubada de árvores seculares que “por mais de um século” beneficiaram a vida, produzindo ar puro e madeira, e que, ao serem abatidas, provocaram a transformação radical da paisagem.

A respeito do beneficiamento do café, processo que consistia em tratar o grão para a venda após a colheita, Benincasa (2007) reflete que a

mecanização dessa atividade ocorreu principalmente por causa do aumento do volume das exportações. Mesmo que as máquinas tenham evoluído em relação ao equipamento predecessor, ainda representavam uma tecnologia pouco avançada para o nível das produções cafeeiras da metade do século XIX. O engenheiro Sylvio Ferreira Rangel, na publicação *O café*, da Sociedade Nacional da Agricultura (1908), discute:

As primeiras máquinas para o beneficiamento do café foram os pilões à mão e os monjolos, depois os moinhos de pedra e os grandes pilões movidos à água e, finalmente, as máquinas de que hoje existem variadíssimos modelos. Os primeiros ventiladores foram as peneiras de taquara, depois os ventiladores de mão; mais tarde, com as máquinas, vieram os grandes ventiladores e os catadores, de que também se contam muitos modelos (Sociedade Nacional da Agricultura, 1908, p. 69).

Dessa forma, vê-se que o processo de beneficiamento do café seguiu uma trajetória gradual de modernização, com soluções técnicas adaptadas às condições locais e à disponibilidade de recursos. A descrição de Rangel revela a coexistência de métodos artesanais, como o pilão manual, e mecânicos simples, como o monjolo, ao longo do tempo, o que indica um processo de transição tecnológica mais lento. Essa variação do maquinário sugere que o avanço no beneficiamento não se deu de forma homogênea, mas foi adaptado perante as exigências do mercado externo e conforme as limitações estruturais das propriedades produtoras. Ademais, outros fatores distinguiam os maquinários fluminenses e paulistas, como a questão hidrográfica, conforme registrado por Rangel:

O primeiro brunidor foi o pilão, cujo trabalho é muito bom, posto que demorado; vieram depois os brunidores de cargas intermitentes e, finalmente, os contínuos. Estas são as máquinas mais perfeitas que podem utilizar os agricultores em suas explorações. Na zona do Rio de Janeiro, onde são abundantes as quedas d'água, elas são geralmente movidas por motores hidráulicos; em São Paulo, emprega-se mais o motor a vapor, pela carência de força hidráulica em grande parte da zona cafeeira (Sociedade Nacional da Agricultura, 1908, p. 49-70).

A distinção entre os maquinários fluminenses e os paulistas, com base na disponibilidade de força hidráulica, revela como as condições ambientais moldaram a organização produtiva: enquanto no Rio de Janeiro o aproveitamento de quedas-d'água permitiu o uso de motores hidráulicos, em São Paulo a escassez desse recurso levou à adoção de motores a vapor.

Analisando o tema conforme a visão de Furtado (2007), vê-se que o desinteresse no melhoramento das lavouras e das técnicas de cultivo se dava principalmente por questões de capital; isto é, o grande empresário optava por acumular lucro em vez de investir nas lavouras. O autor afirma que, como os lucros resultantes do aumento da produtividade iam diretamente para o produtor, este tinha mais interesse em expandir a produção do que em melhorar os métodos de cultivo. Ou seja, era mais vantajoso aumentar a quantidade produzida por unidade de capital do que reduzir custos com salários, o que levava à expansão das plantações sem incentivo à inovação agrícola. Como resultado, a inovação agrícola não era vista como prioridade por parte dos fazendeiros da época, uma vez que o aumento da produtividade gerava benefícios diretos para o capital apenas quando direcionado à ampliação das plantações, e não à otimização dos processos.

No último quartel do século XIX, por causa sobretudo do aumento da demanda do produto, foram introduzidas máquinas de beneficiamento nas lavouras brasileiras, especialmente nas paulistas, para “não só poupar mão de obra como também reduzir seus custos, aumentar sua produtividade e seus lucros, o que lhe possibilitava expandir-se ainda mais” (Camillo, 2003, p. 81).

Nesse sentido, o trabalho de D'Arbo (2014) faz um mapeamento das tecnologias na agricultura cafeeira em São Paulo entre 1875 e o segundo decênio da República, em 1910. Dados levantados pela autora demonstram que o número de patentes de invenções registradas entre 1883 e 1900 aumentou de 1 para 89 em comparação com a década anterior, e o grande foco das empresas e dos cafeicultores recaía no processo de beneficiamento do café (Tabela 4).

Tabela 4 – Registros de patentes de invenções na cafeicultura, Brasil, 1883-1900

Tipo de patente	Nº de patentes	%
Fertilizantes e defensivos agrícolas	89	23,7
Instrumentos e implementos agrícolas	19	5,1
Máquinas e métodos para secagem e beneficiamento	267	71,2
Total geral	375	100

Fonte: D'Arbo (2014).

Com base nesses dados, vê-se que a mecanização foi incorporada de forma seletiva, priorizando a redução do esforço humano nas etapas de pós-colheita, sem preocupação equivalente com o aprimoramento do solo ou com o aumento sustentável da produtividade. Como destaca Holanda (2007), a introdução de técnicas superiores não ocorreu na velocidade esperada, pois o avanço técnico esteve mais voltado à economia de trabalho do que à melhoria efetiva do cultivo.

A ausência de inovações voltadas ao manejo sustentável do solo e à preservação ambiental perpetuou técnicas já descritas – como as queimadas, o desmatamento e o uso extensivo da terra –, sem preocupação com a recuperação ou com o uso racional do solo, tendo em vista que as terras eram tidas como inesgotáveis. Assim, o baixo investimento em práticas agrícolas consideradas mais racionais no período contribuiu para a manutenção e o aprofundamento da degradação ambiental, que seguiu sendo uma marca estrutural da expansão cafeeira.

Essa centralização do progresso técnico no beneficiamento do café refletia não apenas a busca por eficiência diante do aumento da produção, mas também uma estratégia para manter a competitividade do produto brasileiro no mercado internacional. À medida que São Paulo se consolidava como o principal produtor nacional, tornava-se cada vez mais necessário investir em tecnologias que reduzissem custos e elevassem a qualidade do café exportado.

Todavia, percebe-se que a preocupação com a qualidade do produto não era vista como necessária pela maior parte dos produtores, uma vez que o lucro obtido com a venda do café se dava, na sua maioria, pela disponibilidade do produto em razão do aumento constante das produ-

ções. Além disso, muitos produtores ainda eram reticentes quando se tratava do melhoramento das fazendas. Taunay (2013, p. 441) destaca:

Havia, entretanto, ponto importante a notar: os fazendeiros em toda a zona tratavam mais de produzir quantitativamente do que qualitativamente. Muito poucas fazendas, ainda, dispunham de bons terreiros e boa maquinaria. Era, porém, de esperar que com o tempo voltariam os lavradores as vistas para a melhoria do tipo e da qualidade.

Nesse contexto, as técnicas utilizadas para a abertura das matas para dar lugar às lavouras eram semelhantes às aquelas empregadas no século anterior. Isto é, as queimadas ainda eram usadas como a forma mais rápida de limpar os terrenos para o plantio. Esses incêndios costumavam fugir do controle e extravasar a área derrubada, como observou o especialista francês em café M. R. Lezé, que esteve em São Paulo em 1892:

Ateia-se fogo e o incêndio tudo devora, deixando como testemunho de sua passagem alguns esqueletos carbonizados das belas árvores de outrora. Se alguém quer limpar um hectare, às vezes destrói cinco ou dez hectares através do bárbaro recurso ao fogo [...]. É um costume deplorável; se os habitantes de algumas províncias não se tornarem mais sábios e mais previdentes, comprometerão o futuro de suas regiões mudando-lhes o clima e transformando em desertos áridos e desnudos, as terras em que as chuvas hoje mantêm uma vegetação luxuriante (Lezé, 1892, p. 50 *apud* D'Arbo, 2014, p. 148).

Portanto, a permanência de técnicas rudimentares na cafeicultura indica que a modernização das lavouras não seguiu um processo linear nem homogêneo. Embora já existissem máquinas para otimizar o beneficiamento do café nas fazendas, as práticas agrícolas aplicadas nas lavouras se mantiveram as mesmas, com os fazendeiros não se preocupando em avançar nesse quesito por causa da quantidade disponível de terras férteis. Essa permanência demonstra um padrão predatório de exploração territorial, em que a abundância de terras e a lucratividade imediata eram priorizadas em detrimento de qualquer preocupação com a conservação das florestas e dos solos, mesmo com o histórico de decadência do Vale

do Paraíba. Esse pensamento é descrito por Augusto Ramos (1923), que afirmava que o desmatamento e a queima das florestas eram vistos não apenas como etapas comuns, mas como práticas indispensáveis ao sucesso da lavoura:

A queima da roçada destinada ao cafezal foi um mal necessário, indispensável para a formação das grandes plantações que transformaram São Paulo nos oceanos cafeeiros que possui. A queima do roçado destinado ao cafezal é feita em dia apropriado e nas horas de calor canicular, para que ocorra de forma lenta e perfeita, resultando na combustão completa da galharia que, se permanecesse intacta no solo, atrapalharia os serviços posteriores (Ramos, 1923, p. 90-91).

Essa concepção de “mal necessário” demonstra a naturalização da destruição da floresta em nome do progresso econômico, o qual não era atingido sem a aplicação das políticas de proteção do preço do café. Mello, Zanetti e Papali (2014) abordam que os métodos agrícolas no Brasil foram baseados nos costumes locais e tradições agrícolas transpassadas por gerações, sem uma base científica ou técnica consolidada. As práticas de cultivo eram aplicadas por tentativa e erro, e esses foram se repetindo por muitos anos. Como não havia um sistema racional do uso das terras, alguns agricultores se baseavam em costumes locais e em observações do solo, como afundar o tornozelo na terra para avaliar sua qualidade, enquanto outros simplesmente deixavam para as futuras gerações a responsabilidade de melhorar o cultivo (Mello; Zanetti; Papali, 2014).

Defende-se também que as variações dos preços do café no mercado externo causavam uma situação de insegurança para os cafeicultores, que, enquanto tinham um sistema de baixo custo que funcionava como o esperado, não se preocupavam em aplicar técnicas ou máquinas modernas. Prado Júnior (2000) enfatiza o futuro de crise provocado pelo decréscimo da produção cafeeira, mesmo nas regiões que tinham melhor fertilidade do solo:

O progresso quantitativo da cultura cafeeira no Brasil não foi, contudo, acompanhado de igual progresso qualitativo. Continuarão sendo empregados, mais ou menos, os mesmos processos agrícolas rudimentares do passado. Haverá

certa melhoria no preparo e beneficiamento do produto: a lavagem e decorticação dos grãos. Para isto se empregarão maquinaria e instalações mais aperfeiçoadas. Mas no que diz respeito à cultura propriamente (trato do solo e da planta, seleção de variedades etc.) ficar-se-á em conjunto onde se estava. E esta será a razão principal do invariável decréscimo da produtividade das culturas, que observamos mesmo nas regiões de melhores solos e de condições altamente favoráveis (Prado Júnior, 2000, p. 237).

Essa resistência à inovação na base produtiva da cafeicultura revela não apenas limitação técnica, mas também uma escolha estratégica dos produtores da época. Esses homens preferiam minimizar os riscos imediatos em vez de investir em transformações que exigiriam mais capital e trariam resultados apenas no longo prazo. Tal postura reforçou a dependência de métodos arcaicos e tornou a produção vulnerável às flutuações do mercado e ao esgotamento dos solos.

Mesmo assim, a inovação tecnológica aplicada à lavoura cafeeira paulista durante a Primeira República se tornou um ponto importante na evolução da produção em comparação com a região do Vale do Paraíba fluminense do século XIX⁸. Essas inovações, no entanto, estavam focadas no beneficiamento e tratamento do café já colhido, enquanto as técnicas aplicadas na preparação dos terrenos e no cultivo do café apresentaram pouca evolução. Assim, apesar das lavouras paulistas apresentarem características distintas das anteriormente praticadas no sudeste brasileiro, o declínio de algumas fazendas em razão da repetição das técnicas também foi observado em São Paulo, como atesta o relato de Antônio Alves de Lima, diretor da Fazenda Guatapará:

A Fazenda Guatapará, que ao lado do seu cafezal, constituiu, em tempo, com as suas reservas, uma usina de açúcar, vastas plantações de arroz, algodão, mandioca etc., durante anos sucessivos manteve grandes safras que culminaram com a produção de 320.000 arrobas em 1906. Daí em

⁸ Releva notar que autores como Stanley Stein (1990) destacam outros fatores para a queda da produtividade na região do Vale do Paraíba Fluminense, que contava com um menor território para expansão das lavouras. Warren Dean (1996) enfatiza os problemas ambientais gerados pelo cultivo nos morros de meia-laranja, que provocaram danos como erosão e empobrecimento dos solos. A região também enfrentou dificuldades com pragas que atingiram os cafezais.

diante a produção sob o antigo regime da cultura extensiva, com o esgotamento gradual das terras, entrou em franco declínio. Em 1912, ao assumirmos a direção dos negócios da fazenda, observava-se que o aspecto do cafezal, russo, sem vegetação, cheio de varas secas, era desolador, e, apesar de sermos em princípio, contrários às podas, não houve recurso senão lançar mão desse expediente, em larga escala, chegando-se a podar, em um só ano, 800 mil pés! Cerca de 100.000 pés, completamente decadentes, em terras fracas, foram abandonados, inteiramente (Lima, 1934, p. 365-366 *apud* D'Arbo, 2014, p. 158-159).

Esses métodos exaustivos de cultivo, alinhados à superprodução do produto que tomou conta das lavouras paulistas durante a Primeira República, atestaram a crise econômica e ambiental que a cafeicultura viria a enfrentar nos próximos decênios. Acrescenta-se que a evolução seletiva das tecnologias agrícolas aplicadas nas fazendas de café demonstra a lógica de lucratividade a curto prazo, tendo em vista que a erosão dos solos comprometeria duramente os fazendeiros nos anos que viriam, mas a acumulação do capital com as grandes colheitas se mostrava mais atraente aos produtores.

As fontes citadas apresentam dados sobre os métodos de cultivo utilizados na cafeicultura, principalmente o uso da coivara – técnica reconhecida na Primeira República por um pequeno número de cafeicultores como atrasada e predatória. A relação direta entre a coivara, as mudanças climáticas e o empobrecimento dos solos era frequentemente contestada pelos sujeitos ligados ao campo. Com o avanço do capitalismo e da agronomia, a despeito de o uso do fogo ter passado a ser vinculado ao atraso da agricultura brasileira, Wilson Picado e Sandro Dutra e Silva (2024) ressaltam que “capitalismo y fuego van de la mano”. Mesmo com o fortalecimento das ciências agrônômicas, as práticas tradicionais não foram abandonadas.⁹

⁹ No período em que as fontes analisadas no artigo foram escritas, nas primeiras décadas do século XX, o impacto ambiental era abordado como questão menor e nem sempre aparecia de forma direta nos discursos. O artigo, ao apresentar fontes escritas pelos cafeicultores, como Augusto Ramos, mesmo que nos documentos não conste o reconhecimento da degradação ambiental provocada, busca encontrar indícios no vasto *corpus* documental ligado à produção cafeeira, para discutir a história ambiental durante a Primeira República. As queimadas provocadas pela agricultura ainda

Além disso, releva notar que os problemas ambientais aparecem de forma mais consistente nos escritos de alguns técnicos e cientistas na Primeira República, mas ainda não se pode considerar as suas falas como um posicionamento hegemônico na sociedade. As ideias de preservação ambiental na primeira metade do século XX já foram analisadas por José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond (2009). Os autores identificaram a circulação de ideias em diferentes espaços públicos e privados que defendiam o uso racional dos recursos naturais e a elaboração de estratégias para a preservação das florestas. No entanto, os autores mapearam, igualmente, uma forte reação conservadora, que iria minar ou dificultar a implementação de algumas das políticas ambientais já defendidas, reação essa capitaneada principalmente pelos setores agrícolas e industriais.

Nesse cenário, a crise produtiva observada em diversas regiões cafeeiras também foi explicada com base nas transformações naturais vividas pela cafeicultura. O deslocamento progressivo da produção para novas áreas consideradas mais férteis e produtivas, especialmente no interior paulista, contribuiu para que antigas zonas cafeeiras fossem abandonadas em decadência, conforme apresentado em relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em 1922:

Esta “Norte”, zona ou zona do “Vale do Paraíba”, como também é conhecida, foi a sede da grandeza do Estado de São Paulo, desde o começo de sua existência como parte integrante do Brasil, até que, em 1884, fossem procuradas as terras roxas do Oeste. Ela caiu em decadência, principalmente depois de 1888, com a desorganização do trabalho agrícola, havendo a emigração de seus habitantes para outras regiões do Estado, mesmo porque suas terras, já muito trabalhadas, não podiam oferecer as vantagens dos terrenos virgens de terra roxa, em início de exploração (Brasil, 1922, p. 521).

A citação afirma que a região do Vale do Paraíba paulista foi durante muito tempo o principal centro de riqueza paulista pela alta lucrativi-

têm forte impacto econômico e socioambiental no Brasil. Precisamos considerar que, até os dias atuais, o agronegócio evita reconhecer diretamente a destruição ambiental decorrente das suas práticas. Ver: Arantes (2025).

dade da produção cafeeira. No entanto, a partir de 1884, com a busca por novas áreas de cultivo devido ao esgotamento do solo, e após 1888, quando ocorreu a abolição da escravidão, a região entrou em decadência. Portanto, não apenas a questão da mão de obra foi responsável pelo declínio da região, mas também os anos de cultivo extensivo, que culminaram na degradação do solo. Assim, muitos produtores passaram a buscar novas áreas consideradas mais férteis no oeste paulista, especialmente as terras roxas, partindo voluntariamente para a destruição predatória de novas áreas.

Por fim, Dean (1996) demonstra que, apesar de avanços na técnica de cultivo do café, ainda não existe um método mais eficiente do que a destruição da floresta para abrir espaço para plantações. A floresta primária, especialmente na mata atlântica, continua sendo alvo de exploração sempre que alguém busca o lucro proporcionado pelo cultivo do café.

É importante destacar que as escolhas que perpetuaram a degradação do patrimônio ambiental não se resumiam às limitações técnicas da época, mas refletiam uma lógica econômica deliberada dos cafeicultores. A persistência no modelo de monocultura era tanto uma questão de desconhecimento quanto uma lógica econômica: investimentos em técnicas mais racionais de cultivo, com menor impacto ambiental, eram vistos como custos desnecessários, já que a abundância de terras baratas permitia a constante expansão para novas áreas. Essa mentalidade, associada ao discurso do progresso, perpetuou a destruição ambiental do período.

3. Considerações finais

Pode-se concluir que o café foi mais que uma *commodity* no Brasil. Além de estruturar financeiramente o estado de São Paulo e, em consequência, o cenário nacional, a cafeicultura impulsionou a criação de um complexo cafeeiro que atuou em diversas frentes econômicas e políticas, favorecendo a consolidação da elite cafeeira. A posição de São Paulo como locomotiva do progresso nacional foi construída não apenas pela riqueza gerada com as exportações de café, mas também pela infraestrutura desenvolvida parcialmente com o capital oriundo da cafeicultura, conferindo ao estado posição de destaque em comparação às outras regiões brasileiras e vinculando esse destaque ao café, seu principal produto.

A expansão cafeeira acarretou, assim, transformações em vários níveis no cenário nacional. Para gestar o sistema desenvolvido em seu favor, eram necessários elementos como a transição da mão de obra escravizada para a mão de obra livre, que resultou em investimentos nas políticas imigranistas voltadas aos europeus. Esse fato trouxe mudanças ao mercado interno e à escala de produção. Além disso, outro fator fundamental foi a criação de institutos de pesquisa para auxiliar na expansão agrícola, centralizados nos interesses da elite cafeeira e das oligarquias paulistas, que mantiveram grande influência nas decisões políticas e foram responsáveis pela monocultura cafeeira extensiva durante todo o período da Primeira República.

Em relação à monocultura, podem-se citar as transformações ambientais como uma marca desse processo. O desmatamento de áreas florestais para dar lugar à cafeicultura trouxe consigo alterações profundas no território paulista, fato que já tinha sido visto anteriormente no Vale do Paraíba fluminense e que não apresentou mudanças significativas em relação à cafeicultura em São Paulo. O processo de expansão cafeeira foi feito sem preocupação com a gestão do uso das terras, entendidas como inesgotáveis. Isso acarretou uma agricultura predatória. Ou seja, embora já fossem sentidos os impactos ambientais, estes eram deixados de lado e não eram vistos como muito relevantes em comparação com as questões econômicas da superprodução.

O aprimoramento de técnicas de cultivo foi muito baixo, e a centralidade estava em sintetizar o processo de beneficiamento, garantindo maior rapidez na venda do produto para o mercado externo. Isso gerou seletividade nas inovações tecnológicas, promovendo redução de custos de mão de obra no pós-colheita e agilidade em processos que eram considerados exaustivos e demorados no tratamento do produto; porém, as melhorias nas técnicas de cultivo pouco foram implementadas, seguindo o mesmo modelo de expansão devastadora de culturas anteriores.

Desse modo, o legado da monocultura cafeeira não deve ser vinculado apenas à ideia de progresso e desenvolvimento que o capital obtido por meio da venda do produto gerou. Essa narrativa esconde as desigualdades sociais, a dependência econômica e os impactos socioambientais relacionados a esse processo de plantio. Tendo em vista que a cafeicultura não desapareceu do Brasil após a Primeira República, é necessário com-

preender os impactos da monocultura no passado para a sociedade e para o patrimônio ambiental, para que assim sejam orientadas políticas de agricultura sustentável.

Lima Barreto (2014), em uma das suas crônicas de 1915 no jornal *O Careta*, ironizava a elite cafeicultora e o discurso propagado de que o café era o principal responsável pelo crescimento da economia do país: “Tenho ouvido dizer que o café é a maior fortuna do Brasil” (Barreto, 2014, p. 214). A seu ver, esses discursos veiculados principalmente nos jornais paulistas eram usados como justificativa para os frequentes empréstimos e políticas de fomento, demonstrando a relação estreita entre o crescimento da cafeicultura e a intervenção do Estado. Quando o café começou a estender-se nas terras paulistas, investindo sobre as áreas florestais e outras culturas, foi preciso mais do que a repisada vocação agrícola para o seu sucesso. A constituição de uma rede política e econômica que também garantiu as políticas imigrantistas, a disponibilidade de capital e a construção de uma moderna infraestrutura de comunicação possibilitou a formação do complexo cafeeiro e a imposição de suas demandas como política nacional.

Fontes primárias

BRASIL. Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. *Aspectos da economia rural brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, 1922.

BRASIL. Departamento Nacional do Café. *O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1934. v. 1 e 2.

BRASIL. Departamento Nacional do Café. *Pequeno atlas estatístico do café*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1940. v. 2.

RAMOS, A. *O café no Brasil e no estrangeiro*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do café, 1923.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Públicas.

Departamento do Trabalho. *A imigração e as condições do trabalho em São Paulo*. São Paulo: Typographia Brasil, de Rosthschild & Cia, 1915.

SOCIEDADE NACIONAL DA AGRICULTURA. *O café*. Rio de Janeiro: Sociedade Nacional da Agricultura, 1908.

Referências

ALMEIDA, G. G.; ENGEL, V. A influência da economia cafeeira no processo de industrialização do Brasil na República Velha. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 1, n. 34, p. 581-592, 2016. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4124>>. Acesso em: 31 out. 2025.

ARANTES, J. T. Fogo e agricultura impulsionam a degradação do solo no Sul da Amazônia. *Agência Fapesp*, 6 jun. 2025. Disponível em: <<https://agencia.fapesp.br/fogo-e-agricultura-impulsionam-a-degradacao-do-solo-no-sul-da-amazonia/54960>>. Acesso em: 4 maio 2026.

BARRETO, L. O Café. *Jornal O Carreta*, 26 jun. 1915.

BARRETO, L. *Toda crônica*. Rio de Janeiro: Agir, 2014.

BENINCASA, V. *Fazendas paulistas: arquitetura rural no ciclo do café*. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. *Lua Nova*, São Paulo, v. 93, p. 33-60, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000300003>>. Acesso em: 31 out. 2025.

CAMILLO, E. E. R. *Modernização agrícola e máquinas de beneficiamento: um estudo da Lidgerwood MFG. Co. Ltd., década de 1850 a de 1890*. 2003. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2007.

COSTA, F. F. da; MENEZES, M. A. de. “São Paulo é essa locomotiva”: a afirmação hegemônica de frações dominantes da agropecuária paulista. *Terra, fome e poder: desafios para o rural contemporâneo*. 10º Encontro da Rede de Estudos Rurais, UFSCar, São Carlos, 2023.

D’ARBO, R. C. *Desenvolvimento tecnológico na agricultura cafeeira em São Paulo e Ribeirão Preto, 1875-1910*. 2014. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DEAN, W. *A ferro e fogo*. A história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DUPAS, G. *O mito do progresso ou progresso como ideologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

FAUSTO, B. Expansão do café e política cafeeira. In: HOLLANDA, S. B. de (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Tomo III – *O Brasil republicano*. v. 8. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FRANCO, J. L. de A.; DRUMMOND, J. A. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

FURTADO, C. M. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOLLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.

LUZ, N. V. *A luta pela industrialização no Brasil: 1808-1930*. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

MEIRA, R. B. Um caminho repleto de espinhos: visão e revisão das políticas de valorização artificial do açúcar argentino pelo Brasil: 1895-1930. *Tempos Históricos*, Cascavel, v. 19, p. 511-535, 2015.

MELLO, L. F. de; ZANETTI, V.; PAPALI, M. A. Brasil, Éden desmoronado: desastres naturais no Brasil contemporâneo. *Ambiente & Sociedade*, v. 17, 2014. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/48Nr96ddQRVfRqZFcVHXyTz/?lang=pt>>. Acesso em: 12 mar. 2025.

MENDONÇA, S. R. O Convênio de Taubaté e a agricultura. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 4, n. 3, 2008. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/154>>. Acesso em: 31 out. 2025.

PÁDUA, J. A. “Cultura esgotadora”: agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Império. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 11, p. 134-163, 1998. Disponível em: <<https://revista-esa.com/ojs/index.php/esa/article/view/138>>. Acesso em: 31 out. 2025.

PERISSINOTTO, R. M. *Estado e capital cafeeiro: burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889-1930)*. 1997. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

PICADO, W.; DUTRA E SILVA, S. Breve introducción a la historia del fuego. *Historia Agraria de America Latina*, v. 5, p. I-XII, 2024. Disponível em: <<https://www.haal.cl/index.php/haal/article/view/199>>. Acesso em: 4 maio 2026.

PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRADO JÚNIOR, C. *A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SILVA, C. M. *Poder político e distribuição orçamentária em São Paulo na Primeira República (1890-1920)*. 2006. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUSA, C. H. G. O ideal de progresso como aspecto da ideologia da precisão. *Intellectus*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 1-15, 2022. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/65671>>. Acesso em: 31 out. 2025.

SOUZA, F. E. P. de. *A evolução das técnicas produtivas no século XIX: o engenho de açúcar e a fazenda de café no Brasil*. 1978. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1978.

STEIN, S. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TAUNAY, A. de E. *Pequena história do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

TORELLI, L. S. *A defesa do café e a política cambial: os interesses da elite paulista na Primeira República (1898-1920)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

VILARDO, F. *A burguesia cafeeira paulista e a política cafeeira na Primeira República*. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

VILLELA, A. V.; SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1975.